

BIBLIOGRAFIA

CRÍTICA

THE ECONOMICS OF TOTAL WAR — HENRY WILLIAM SPIEGEL — New York and London — D. Appleton-Century Company — 1942 — xiv — 410 págs. — \$ 3.00.

(Comentário de PERCY W. BIDWELL, do "Council on Foreign Relations", da cidade de Nova York)

Uma obra sobre a economia da guerra total costuma despertar interesse em duas espécies de leitores: 1) a dos "leigos inteligentes", que querem compreender melhor as perturbações causadas pela guerra sobre o nosso sistema econômico e também formar opinião mais esclarecida acerca das diretrizes econômicas que vêm sendo postas em prática para ajudar a ganhar a guerra; e 2) a dos professores que procuram bons livros didáticos para classes não graduadas.

Ao primeiro grupo causará desapontamento o presente volume; porquanto existem somente quatro ou cinco questões de economia de guerra suscetíveis de preocupar o leigo inteligente, que quer saber: 1) se a inflação pode ser evitada; 2) como pode ser equitativamente distribuído o custo real de guerra entre as diversas classes econômicas e sociais; 3) como evitar o aparecimento de uma crise após a guerra; e 4) que novas instituições internacionais de caráter econômico podem ser planejadas, afim de tornar a paz mais duradoura. O Dr. Spiegel tocou em tôdas estas questões, mas, porque cogitasse, principalmente, de servir à segunda categoria de leitores, isto é, a dos professores, buscando preencher os requisitos de um curso sistemático de economia para classes não graduadas, privou-se de apresentar estudo completo e satisfatório sobre qualquer daquelas questões.

Em algo menos de 400 páginas, procurou tratar da teoria e prática do controle de preços, dissertar sobre salários, lucros, finanças de guerra, comércio internacional e sobre o controle da produção e do consumo, apresentando não só a experiência dos Estados Unidos durante duas guerras mundiais, mas também a da Alemanha e a do Reino Unido. Então, para conseguir proporções satisfatórias, redigiu um capítulo preliminar sobre as causas econômicas da guerra e um capítulo final (sete páginas) sobre os resultados desastrosos do conflito. Afim

de se estender sobre esse imenso território, teve o autor de realizar tarefas hercúleas de condensação, assim como de escolha e omissão arbitrárias. Por exemplo, a questão de se saber se a dívida pública do após-guerra constituirá um verdadeiro ônus econômico foi sumariamente relegada para uma página única. A cessação do intercâmbio com o Japão, no verão de 1941, e a relação deste movimento com o início das hostilidades em dezembro do mesmo ano, foram tratadas inadequadamente. Nenhuma referência se encontra a respeito da cooperação entre o Reino Unido e os Países-Baixos, que foi necessária para que o embargo se efetivasse.

E' propício a causar interpretação errônea o uso da expressão "guerra total" no título de um livro que descreva as condições da vida norteamericana, tais como existiam até janeiro de 1942, porquanto a guerra total nos Estados Unidos somente começou após o ataque a Pearl Harbor. Até então, a política nacional se havia empenhado em produzir não apenas canhões, mas também manteiga. Importantes medidas governamentais, como o acordo de empréstimos e arrendamentos, o racionamento de mercadorias destinadas ao consumo, a estabilização dos preços e salários, foram postas em prática assim que o Dr. Spiegel havia terminado o seu manuscrito.

Nas mãos de um professor competente, que fôsse capaz de suplementar o texto e que soubesse desenvolver importantes assuntos de economia teórica, aos quais o Dr. Spiegel apenas teve oportunidade de se referir de passagem, o presente livro seria de grande utilidade. Embora os comentários do autor sobre relevantes questões sejam necessariamente breves, não são, contudo, superficiais. As referências de rodapé e a extensa bibliografia poderiam ser utilizadas para orientar o leitor no estudo útil de tópicos seletos.

A sensação de desagrado, que a consulta do livro deixa no presente comentarista, não deve ser desabafada sobre o autor, senão sobre o sistema de ensino que provoca uma verdadeira avalanche de compêndios didáticos. O Dr. Spiegel é, sem dúvida, um autor competente e bem seguro em assuntos de economia teórica. Tivesse dedicado seu talento ao rigoroso estudo daqueles problemas,

relativamente poucos, porém indubitavelmente graves, que interessam ao leigo inteligente, teria o autor produzido obra de muito maior utilidade para o estudioso dos aspectos econômicos, não apenas desta como de futuras guerras.

INDICAÇÕES

RELATÓRIO DE 1942 — DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO — Imprensa Nacional — 1943 — Rio de Janeiro — 645 págs.

Desde sua criação, o D.A.S.P. tem procurado seguir, na apresentação de seu relatório anual, a norma de fazer incluir nesse tipo de documento não apenas uma resenha de suas atividades internas, decorridas durante o ano, mas também, e principalmente, uma exposição bastante minuciosa dos diferentes aspectos do serviço público federal.

O presente Relatório não se afasta dessa orientação geral, que, aliás, tem tido a vantagem de oferecer uma visão de conjunto dos problemas que afetam a vida administrativa de nosso governo central. Registo especial merece a sua parte introdutória, em que se acham expostas, em síntese, tôdas as iniciativas tomadas pelo D.A.S.P. no tocante à adaptação do Serviço Civil ao estado de guerra, destacando-se entre elas a proposta da criação de um órgão destinado a coordenar a mobilização econômica do Brasil, proposta esta que, aprovada pelo Presidente da República, se consubstanciou nos termos do decreto-lei n. 4.750, de 28 de setembro de 1942.

O contexto do trabalho se compõe de capítulos circunstanciados relativos aos diferentes setores de atividade do Departamento, mostrando como cada um deles se conduziu no estudo dos diversos problemas administrativos, cuja solução lhes competia indicar.

As questões atinentes aos sistemas de organização, orçamento, pessoal, material, bem como a outros assuntos submetidos à apreciação do D.A.S.P., acham-se tratados à luz da moderna técnica de administração.

E', em suma, um documento valioso pelo conteúdo informativo, como também por algumas dissertações de caráter doutrinário, cuja leitura será de grande utilidade para tôdos aqueles que se interessam em conhecer os princípios teóricos que norteiam as soluções práticas de fascinantes problemas de orçamento, organização, pessoal, material e de outros ramos da administração geral.

O quadro das matérias contidas no presente volume é o seguinte: *Introdução*: A mobilização econômica — *Organização*: O sistema organizador em 1942; A organização nas atividades de administração específica; Administração indireta — *Orçamento*: Sistema de elaboração orçamentária; Princípios vigentes; O financiamento da guerra atual; As estimativas da Receita em tempo de guerra; As estimativas da Receita no período 1935 — 1942; O orçamento da Receita para 1943; Elementos perturbadores das estimativas; Técnica empregada na preparação das propostas parciais; O volume da Despesa no Orçamento para o exercício de 1943 — *Pessoal*: Classificação e remuneração; Interpretação e aplicação da legislação de pessoal em 1942; Recrutamento e seleção; Fiscalização e controle; Aperfeiçoamento — *Material*:

Alguns dados sobre os órgãos de material; Especificação e padronização do material; Simplificação; Associação Brasileira de Normas Técnicas; Aquisição de material; Alimentação em penitenciárias, educandários e nosocomios; Atividades diversas — *Obras* — *Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal* — *Administração Regional e Local* — *Atividades Diversas* — *Modificações operadas no D.A.S.P.* — *Serviços Internos* — *Conclusão* — *Anexos* — *Legislação*.

PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA — ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1943 — 1.342 págs. — Enc. Cr\$ 60,00 — Broch. Cr\$ 25,00.

A Imprensa Nacional lançou, a 29 de dezembro do ano findo, data em que, em Lisboa, era assinada a Convenção Ortográfica entre os governos de Portugal e do Brasil, o "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa".

Essa publicação, que há muito se fazia esperar, vem, afinal, pôr termo a um problema que permanecia em suspenso e que repercutia desfavoravelmente nos meios culturais e nas próprias esferas administrativas do país. A falta de uma segura fonte de consulta, capaz de dirimir as dúvidas suscitadas no terreno da grafia, justificava, por assim dizer, a liberdade, que muitos se arrogavam, de escrever como entendiam certos vocábulos menos frequentes no linguajar quotidiano.

Na realidade, o "Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa", organizado pela Academia Brasileira de Letras e Academia das Ciências de Lisboa, em 1932, não tinha, rigorosamente, cunho oficial, embora fôsse a única fonte autorizada sobre a matéria. O decreto-lei n. 5.186, de 13 de janeiro de 1943, não oficializou, como pensa muita gente, essa publicação. Limitou-se a mandar adotar o Formulário que lhe estava apenso, até que fôsse organizado o Vocabulário oficial.

E' esse Vocabulário que acaba de ser, agora, entregue ao público pela Imprensa Nacional, em primorosa edição, que muito honra o desenvolvimento das artes gráficas no Brasil.

O valor intrínseco da publicação é verdadeiramente inestimável para todos os que, por força das profissões ou dos pendores individuais, mantêm contacto com a língua portuguesa.

Não cabe aqui, nas curtas linhas de um registo bibliográfico, apreciar detidamente a significação do novo Vocabulário.

Ressaltem-se, entretanto, algumas das inovações vantajosas que apresenta, como a fixação dos femininos e plurais irregulares, inscritos depois do masculino singular; o registo das formas irregulares dos verbos mais usados (matéria omitida pela maioria dos dicionários); a supressão do impertinente hífen que se intrometia nas locuções prepositivas e adverbiais e até em nomes como o do Rio de Janeiro; e, finalmente, a tácita proscricção do trema que vinha sendo usado e ainda "é lícito" empregar sobre os *ii* e *uu* que, não sendo tônicos, não formam ditongo com a vogal anterior. O trema dos *uu* sonantes, depois de *g* ou de *q* e antes de *e* ou de *i*, continua, naturalmente, com caráter obrigatório, já que a sua abolição re-